

UM PERCURSO PELA NOÇÃO DE DISPOSITIVO¹

pg 09-19

Nádia Neckel²
Carla Süssenbach³

Resumo

Este artigo pretende discutir a noção de dispositivo percorrendo as principais formulações da filosofia contemporânea a respeito dessa noção. Dispositivo enquanto constructo teórico, enquanto modo de organização social e vida política, dispositivo enquanto processo analítico, enquanto modo de leitura/interpretação das produções simbólicas. Buscaremos discutir com Foucault, Deleuze, Agamben, Pêcheux e Orlandi, as diferentes formulações a respeito do dispositivo. E, nessa passagem do filosófico ao discursivo, pensaremos o dispositivo para a análise do discurso como o funcionamento da prática analítica, talvez aí, a noção do dispositivo como perspectiva metodológica, dada todas as ressalvas quanto ao uso desse termo. Podemos inferir que, quando a AD monta seu dispositivo teórico analítico, ela é afetada por demais dispositivos que estão na ordem/organização dos discursos da contemporaneidade. Esse modo de pensar essa noção ajuda a compreender como o dispositivo é trabalhado pela análise do discurso enquanto uma relação constitutiva teórica e analiticamente. Pois ao trabalharmos com recortes, nacos da situação discursiva (ORLANDI, 1984), trabalhamos com modos de inscrições em arquivos. Dito de outro modo, para AD, essa relação arquivo/dispositivo, de alguma forma toca nos dispositivos foucaultianos e agambianos que determinam certos arquivos.

Palavras-chave: Dispositivo. Sociedade. Discurso.

A ROUTE BY THE NOTION OF DEVICE

Abstract

This article intends to discuss the notion of a device covering the main formulations of contemporary philosophy regarding this notion. Device as a theoretical construct, as a mode of social organization and political life, device as an analytical process, as a way of reading / interpreting symbolic productions. We will try to discuss with Foucault, Deleuze, Agamben, Pêcheux and Orlandi the different formulations about the device. And in this passage from the philosophical to the discursive, we will think of the device for discourse analysis as the functioning of analytic practice, perhaps there, the notion of the device as a methodological perspective, given all the caveats as to the use of that term. We can infer that, when the AD assembles its theoretical analytical device, it is affected by other devices that are in the order / organization of contemporary discourses. This way of thinking this notion helps to understand how the device is worked by the analysis of the discourse as a constitutive relation theoretically and analytically.

1 Artigo fruto das pesquisas do Grupo Discurso Cultura e Mídia – PPGCL – Programa de pós-graduação em Ciências da Linguagem - Unisul. Parte integrante da Tese de doutorado “Espelho Diário” Corpo(s)-Arte de Rosângela Rennó na perspectiva discursiva.

2 Doutor em Letras pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Professor titular da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail nadia.neckel@unisul.br

3 Doutora em Ciências da Linguagem – UNISUL. carlasusse@gmail.com

For when we work with clippings, in the discursive situation (ORLANDI, 1984), we work with modes of inscription in archives. Put another way, for AD, this file / device relationship somehow touches the Foucaultian and Agambian devices that determine certain files.

Keywords: Device. Society. Discourse.

Percurso inicial

O principal objetivo do presente artigo é percorrer a noção de dispositivo a partir da filosofia contemporânea, a saber: Foucault, Deleuze e Agamben. Buscamos estabelecer relações teóricas entre esses autores para, em um segundo momento, trazer para essa ‘conversa’ Michel Pêcheux e a Análise de Discurso de linha francesa, que se desenvolve na França dos anos 60. A análise de discurso encontra em solo latino americano, e mais especificamente brasileiro, um terreno fértil para novas formulações e interesses pela diversidade de objetos discursivos.

A noção de dispositivo para a Análise de Discurso (AD) é constitutiva, uma vez que a AD tem seu modo de funcionamento justamente no ‘batimento’ do dispositivo teórico e dispositivo analítico sempre em desenvolvimento frente às demandas do corpus e da posição do analista.

A pergunta talvez seja, por que desenvolver tal percurso? O que essa proposição traz de ‘novo’? De fato, “novidade” não é definitivamente o horizonte desse texto. Não há nada de novo em discutir Dispositivo, embora dispositivos sejam sempre dotados de atualidades. Este texto surge, no primeiro momento, de certo desconforto ocasionado por um modo ‘naturalizado’ do uso do termo dispositivo na prática da análise discursiva. E, em um segundo momento, pelo desafio aceito

por uma das autoras deste artigo. Süsssenbach⁴ se propôs pensar a noção de dispositivo como constituinte do seu corpus, tanto como desafio teórico, quanto como processo analítico. Tal gesto despertou no grupo de pesquisa o desejo de percorrer as diferentes formulações teóricas a respeito da noção de dispositivo para, a partir daí, compreender no sentido forte o uso do termo e seu funcionamento na AD.

Assim esse artigo visa textualizar um pouco percurso realizado nesses quatro anos de pesquisa no projeto “Corpo-Imagem e(m) Discurso” iniciado em 2014.

Nossa textualização começa por recuperar alguns dos apontamentos foucaultianos – filósofo este contemporâneo a Michel Pêcheux e que estabelece com a AD estreitas relações – a partir da descrição de Deleuze a respeito da noção foucaultiana de dispositivo. Depois e, não menos consequente, a apropriação/reestruturação de Agamben frente a esta noção. Compreendemos que as proposições agambeniana encontram a proposta pecheuxtiana de uma disciplina de interpretação tendo seu eixo de estruturação e funcionamento a partir dos dois dispositivos: teórico e analítico.

Recortaremos aqui propositadamente as visadas de Foucault e Agamben para, em um segundo momento, mobilizar as formulações de Pêcheux, tomando a noção de dispositivo teórico e dispositivo analítico como noções constitutivas do processo de leitura e interpretação na Análise de Discurso de linha francesa. Vemos nessa passagem do filosófico ao discursivo um caminho de melhor compreender a noção de dispositivo para AD. Como dissemos, noção fundante para o funcionamento da prática analítica. Podemos inferir que, quando a AD monta seu dispositivo teórico-analítico, ela é afetada pelos demais dispositivos que estão na ordem do discurso da/na contemporaneidade.

4 Na época doutoranda no PPGCL.

Percurso teórico

Iniciamos nosso percurso pela visada foucaultiana. Michel Foucault faz avançar suas formulações acerca do dispositivo, mais em suas entrevistas do que propriamente dito em textos formulados e publicados em forma de livro e ou ensaios científicos. Essa constatação parte de Deleuze (1996) que, por sua vez, interpreta tal fato justamente pelo caráter movente de tal conceito sendo que as entrevistas possuem um ritmo mais dinâmico que os textos acadêmicos. Segundo o autor, Michel Foucault acreditava nas linhas de atualização traçadas pelas entrevistas, o que de certo modo, fazia da entrevista uma forma de “diagnóstico”. Tal assertiva encontra-se na descrição deleuzeana a respeito da noção de dispositivo em Foucault que exigia do autor constantes linhas de atualização. É desta maneira que a noção de dispositivo foi fortemente demarcada na entrevista de 1977 (*Dits et écrits*, III, p. 299).

Compreendemos então que a noção de dispositivo em Foucault era constantemente retomada e, digamos, atualizada. Seguimos então para uma delimitação teórica dessa noção formulada pelo autor. Foucault ao ser questionado na entrevista supracitada em 1977. O autor se refere à noção como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo, o qual é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] há um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1996, p. 244-245).

Desta forma autor nos coloca no universo discursivo quando explicita que “o dito e o não

dito” constituem o dispositivo. Ao que nos parece, estamos tratando aqui da relação constitutiva com a exterioridade. Em nossa leitura, embora Foucault não textualize diretamente que a noção de dispositivo esteja exposta ao sócio-histórico e ideológico e, justamente constituída desta tensão, o autor assumidamente aponta para essa relação quando nos diz que dispositivo consiste nas “estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Vejamos:

[...] trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (FOUCAULT, 1996, p. 244-245).

Podemos compreender que o dispositivo, para Foucault, não é algo homogêneo, possuindo uma multiplicidade de fatores que determinam o seu funcionamento, isto é, como os efeitos produzidos por um dispositivo se articulam e assim provocam uma mudança entre os elementos a que são vinculados. O dispositivo, segundo o autor, também detém uma função estratégica dominante, relacionada às relações de poder na batalha entre dominação e os movimentos de resistência⁵. Justamente Foucault acentua suas inferências a respeito do dispositivo quando se dedica a pensar os regimes e governabilidade, fato este apontado por Agamben em seu texto “O que é o dispositivo”. Se pensarmos então dispositivo sob esta ótica das relações/mecanismos de governabilidade dos corpos, estamos sim, no viés político desse conceito, e isso nos interessa discursivamente.

5 A questão da resistência/dominação é fortemente desenvolvida por Michel Foucault, porém não adentraremos na abordagem destes conceitos sob pena de perder o foco deste texto.

Antes, no entanto de adentrarmos na visada discursiva da noção aqui discutida, traremos a abordagem agambiana acerca do dispositivo. Agamben toma a noção de dispositivo de Foucault, concordando que o dispositivo está inscrito em jogos de poder e, ao mesmo tempo, vinculado a saberes que o condicionam e ainda parte de um pensamento teológico para pensar o dispositivo, no qual o conjunto de forças dos seres vivos produz os sujeitos. Essa expressão seres vivos se lida rapidamente, pode produzir o efeito de um certo retorno de forma direta ao pensamento hegeliano das positivities das produções humanas. É preciso atentar os necessários deslocamentos propostos por Foucault (relações de poder e instituições) e, depois por Agamben (conjunto de práticas e mecanismos linguísticos e não linguísticos) que pensam sujeitos e dispositivos do e no social. Para nós, na perspectiva discursiva: sujeito e sentido se constituindo no mesmo processo.

Vejam os contornos agambianos a respeito da etimologia do conceito de dispositivo. A proposta de Agamben está relacionada à *oikonomia*, termo que foi utilizado nos primeiros séculos da história da igreja e foi “se especializando para significar, de modo particular, a encarnação do Filho e a economia da redenção e da salvação [...] e a *oikonomia* se converte, assim, no dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã.” (AGAMBEN, 2009, p. 36-37).

O termo latino *dispositio*, do qual deriva o nosso termo ‘dispositivo’, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica. Os ‘dispositivos’ de que fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica; podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo

das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento do ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito. (AGAMBEN, 2009, p. 38).

Se por um lado Foucault pensa o dispositivo nas relações de poder, compreendemos que Agamben expande esse pensamento, quando pensa nas relações dos dispositivos cotidianos, chamando de dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. (2009, p. 40-41). Para o autor, os dispositivos se apresentam não somente como objetos de consumo, mas também como mecanismos na produção de uma subjetividade contemporânea. Ele (o autor) aponta para a necessidade de rever os dispositivos que permeiam o cotidiano como “a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares” (2009, p.41).

Agamben baseia a sua concepção na divisão de classes em duas instâncias, a dos seres vivos (ou as substâncias) e os dispositivos e, entre as duas, os sujeitos. O sujeito é o resultado dessa relação e assim “um mesmo indivíduo, uma mesma substância pode ser o lugar dos múltiplos processos de subjetivação”. (2009, p. 41). Se por um lado existe no cerne de todo dispositivo “um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo” (2009, p. 44); a única forma de tentar escapar é se tornar um usuário, que Agamben chama de “terrorista virtual” tão hábil ao sistema (*oikonomia*) a ponto de, no interior dele, destruí-lo, o que seria quase impossível. É nessa perspectiva que toma a palavra Profanação que vem do campo do

direito e da religião como um “contradispositivo, que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido.” (2009, p. 45).

Contudo, Agamben pensa que os dispositivos na fase atual do capitalismo já não atuam mais nos processos de subjetivação, quanto por meios que ele chama de dessubjetivação que, “parecem torna-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar”. (2009, p. 47). É aquele sujeito que se deixa capturar pelo dispositivo televisão, sendo mais um número de audiência, não adquirindo uma nova subjetividade, ganhando com isso a dessubjetivação. O que Agamben nos aponta não é o desaparecimento da subjetivação, mas um processo que mascara as subjetividades. “Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina do governo”. (2009, p.46)

Se para Foucault, com as sociedades disciplinares era possível a produção de um novo sujeito, para Agamben a questão da subjetivação e dessubjetivação não formam um novo sujeito. No sentido agambeniano a sociedade contemporânea produz corpos inertes, ou seja, corpos que “atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real.” (AGAMBEN, 2009, p. 48).

Por isso a leitura feita por Agamben parece elucidar a noção de dispositivo Foucaultiana, vejamos:

Se ‘positividade’ é o nome que segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde ‘dispositivo’), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, como Hegel, aquele de

reconciliar os dois elementos. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre esses. Trata-se, para ele, antes de investigar os modos concretos em que as positivities (ou dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder. (AGAMBEN, 2009, p. 32-33).

Se, como nos elucida Agamben o gesto foucaultiano era de investigar o dispositivo em ‘modos concretos’, então podemos dizer que se trata de uma investigação sobre o dispositivo em sua dimensão material. O gesto agambeano toma consequência dessa disposição, pois em sua leitura, os dispositivos são determinantes dos modos de subjetivação dos sujeitos na sociedade contemporânea. Ou ainda, dito de outro modo, dispositivos podem determinar o político e ser produzidos pelo político. É preciso, contudo, marcar aqui o lugar destes pensamentos. Tais formulações se tecem na filosofia e não privilegiam o Discurso como objeto. Pensar o dispositivo na relação com o discursivo traz a discussão para o campo político concretamente, temos então a questão da materialidade. Chegamos então em nosso lugar de inscrição do qual nos propomos pensar na noção de dispositivo: A Análise de Discurso. Arriscamos dizer que por sua natureza de entremeio AD toma o conceito de dispositivo no entre-lugar: as relações de poder e os mecanismos como um conjunto de práticas. Ou ainda, dito de um modo pecheutiano: dispositivos produtores e produzidos das/nas “práticas técnicas e práticas de gestão social”. Explicitaremos a seguir esse lugar de leitura.

Dispositivo para AD

É comum chamarmos a AD de uma disciplina de interpretação. Contudo e sempre prudente recuperar e presentificar o que estamos nomeando de disciplina de interpretação.

No início deste artigo falamos que a noção de dispositivo no ponto de convergência destas

perspectivas filosóficas reclamava sua interface com a AD. Pois bem, essa seção do artigo pretendemos trazer para o terreno da AD a noção de dispositivo, assim como compreender que o gesto analítico tem sua constitutividade por meio dos dispositivos.

O que implica então chamar a AD de uma disciplina de interpretação? Michel Pêcheux ao empreender a construção teórica dessa (des) disciplina colocou-se justamente no entremeio da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico, questionando, no interior mesmo dessas disciplinas: a linguagem e o sujeito na relação de constituição com o sócio-histórico e ideológico. É na relação com o tripé da linguística, da psicanálise e materialismo histórico que Pêcheux começa a pensar a materialidade discursiva. Segundo o autor, a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, Pêcheux ([1975] 1997).

É premente trazer as palavras de Françoise Gadet (1997, p.7) em seu prefácio na edição brasileira de “Por uma análise automática do discurso” ao apresentar as substanciais diferenças da AD francesa e da AD anglo-saxã. Segunda a autora a AD francesa é “concebida como um dispositivo” uma vez que coloca em relação primeiramente a complexidade dois campos: o da linguística e o da sociedade. A linguística até então tomada em sua “forma plena” co-variações de uma língua sem sujeito. E, por sua vez, o campo sócio-histórico para além dos termos das “relações de força e dominação ideológica”, na imbricação material do sócio-histórico-ideológico. Se junta a estes dois campos, um pouco mais a frente nos escritos de Michel Pêcheux⁶, a psicanálise. E a AD mais uma vez questiona no interior mesmo desta disciplina o

6 Importante ressaltar que nos primeiros textos de Michel Pêcheux (quando ainda assinava Thomas Hebert) os esforços de sua reflexão teórica estavam mais focados no materialismo histórico é apenas num segundo momento que, nos textos pecheutianos que a psicanálise se encontra também como uma disciplina em questionamentos.

seu sujeito do inconsciente. Para a AD, portanto, temos um sujeito que se constitui na e pela linguagem na dobra inconsciente/ideologia. Daí dizermos que a AD de linha francesa é uma disciplina de interpretação constituída no entremeio da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise questionando-as no interior delas mesmas.

Do prefácio de Gadet à uma nota de apresentação da edição brasileira de *Discurso Estrutura e ou Acontecimento*, trazemos Eni Orlandi

A análise de discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre as teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, que constitui a materialidade específica do discurso (2006. p. 8)⁷

Em seu texto “Ciência, Estrutura e Escolástica” terceira parte do *Discurso estrutura e acontecimento*, Michel Pêcheux faz uma leitura a respeito do marxismo enquanto ciência-prática, sendo esta ao mesmo tempo “forma de conhecimento” e “força de intervenção histórica” (2006, p.40). Embora nessa passagem Pêcheux não nomeie o termo Dispositivo, ele o coloca em funcionamento, pois, em sua leitura a teoria marxista enquanto “ciência-prática” enquanto “instrumento” não negligencia o próprio do humano e empresta do social-histórico uma série de “instrumentos”: instituições, aparelhos e modos de organização de práticas. Em nossa leitura parece ser uma forte aproximação com a noção de dispositivo que vimos trabalhando até aqui. Michel Pêcheux termina seu texto assumindo que do ponto de vista discursivo é preciso compreender, de fato, que a “história é uma disciplina de interpretação”. Isso implica, em nossa leitura, expor-se aos dispositivos compreendê-los com o objetivo de profana-los no

7 Nota ao Leitor. Da 4ª edição de “O Discurso, Estrutura e ou Acontecimento” Michel Pêcheux. Ed. Pontes.

sentido agambeano do termo. A fim de propormos ser este o papel do analista, trataremos de percorrer algumas facetas do pensamento de Pêcheux, que entendemos circundar o conceito de dispositivo. Para tanto, voltaremos a Thomas Herbert. Nesse momento Michel Pêcheux realiza vamos dizer assim suas primeiras investidas em uma teoria do discurso, inicia a construção de nosso tripé teórico, experimenta suas proposições. Debruça-se a pensar o funcionamento da ideologia, e, como ela se marca e constitui processos discursivos nos domínios da ciência, da estética e da política, desta forma propõe a respeito da “inviolabilidade” da ideologia:

Parece que o critério suscetível de fazê-la é a possibilidade de instaurar no lugar preciso do espaço ideológico concernido, um dispositivo ao mesmo tempo instrumental (respondendo à garantia empírica) e institucional (respondendo à garantia especulativa) suscetível de produzir novas formas de admissibilidade que permite apreender de forma adequada os novos efeitos produzidos. (RUA I: 63-89, 1995)

Para Pêcheux é simplesmente impossível dissociar o político do discurso, e pondera que o dispositivo científico estabelecido sob a forma do conceito (saussureano) de língua (PÊCHEUX, 1988, p. 221) e ao estruturalismo como um dispositivo polêmico contra as concepções dominantes da época, enquanto um programa de trabalho” (PÊCHEUX, 2012d, p. 276)

Os dispositivos e o processo de subjetivação

Para Orlandi, o processo de dessubjetivação de que fala Agamben é a forma de individuação do sujeito pelo Estado, estabelecida pelas instituições, “pela articulação simbólica política através das instituições e discursos, daí resultando sua inscrição em uma formação discursiva”. E, assim, constitui-se em uma posição-sujeito na sociedade. (2012a, p.228). Uma posição sujeito que se inscreve na formação social, ou seja, há uma

forma histórica sujeito, nas relações com o estado e com as tecnologias que vai individuando esse sujeito. Portanto, não se trata de dessubjetivação e, sim, como nos propõe Orlandi, é um modo de individuação. Pois para a AD, o sujeito não é pouco ou muito subjetivado ou não se é mais ou menos sujeito, então:

O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. [...] Outro modo de se dizer isso é que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.” (ORLANDI, 2012c, p. 100).

Dessa forma, para a análise do discurso, o dispositivo está relacionado ao processo de subjetivação, uma vez que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, e o sujeito assume uma posição no discurso ou uma posição na FD. Esse é o movimento de interpretação. Uma vez que a AD aceita que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ela já se coloca como alvo do dispositivo. E aceitando essa condição é que a AD vai se formulando enquanto disciplina pelos dispositivos teóricos e se efetivando nos dispositivos analíticos.

A interpretação na AD se dá pelo dispositivo teórico e pelo dispositivo analítico, ela se monta a partir dos dispositivos e é isso que permite dizer que é possível fazer pela AD uma análise não subjetiva da subjetividade. Justamente, porque se trabalha a materialidade de sujeitos e sentidos. Não subjetiva, já que não é centrada numa individualidade, não centra no sujeito, o sujeito não está na origem do dizer, muito menos o dizer não tem sobre o sujeito sua primazia. É na formação discursiva que dizer e sujeitos assumem posições, se constituem e se sustentam. Segundo Pêcheux, “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outra FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais”.

(1990, p. 314). No entanto, precisamos contar com o gesto de interpretação do analista, porque diz respeito a um recorte feito por um sujeito, ou seja, o analista é também sujeito a partir de uma posição. Segundo Orlandi:

[...] o sujeito que interpreta, lê a partir de sua posição, o sujeito leitor crítico lê refletindo sobre sua posição sujeito, sobre suas condições de produção de sua leitura, por isso não interpreta apenas, ele compreende, sem, no entanto, trabalhar sua determinação através da teoria. De sua parte, o especialista compreende, porque lê mediado por um dispositivo teórico que desloca suas maneiras de fazê-lo. A partir daí, pensamos a tarefa do analista de discurso como sendo a da construção de um dispositivo que leva o sujeito à compreensão do discurso, à elaboração da sua relação com os sentidos, desnaturalizando-os e desautomatizando a relação com a língua, consigo mesmo e com a história. Essa elaboração permitiria ao sujeito trabalhar com sua ideologia. (2012c, p. 14).

Na análise do discurso, o dispositivo se encontra tanto nas questões de constituição, quanto nas de formulação; tem-se um dispositivo teórico constituído e o analista compõe o dispositivo analítico no movimento de análise entre o corpus e o dispositivo teórico.

O gesto do analista é permeado de subjetividade, o que garante não ser uma interpretação completamente subjetiva que opere somente pela subjetividade; é justamente o dispositivo teórico-analítico que se debruça sobre a materialidade. Embora, o processo de análise aceite a subjetividade, tomando-a como sendo uma posição do analista, é uma posição entre outras, a análise não é subjetiva.

Daí dizer que a AD é uma análise não subjetiva da subjetividade, vejamos, segundo Orlandi, é na formulação do discurso que essa contradição se constitui.

Em outros termos, podemos dizer que no patamar da formulação o sujeito já tem sua posição determinada, estando sob o efeito da ilusão subjetiva, funcionando no âmbito do imaginário, afetado pela vontade da verdade, pelas suas intenções, pelas evidências do sentido e pela ilusão referencial (a da literalidade). (2007c, p. 50).

O discurso de acordo com Orlandi obedece a três momentos: o da constituição do sujeito como um eixo vertical “a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo.” (2012c, p. 9); o da formulação do texto como um eixo horizontal, “em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas) (ibidem), e o processo da circulação do discurso “que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.” (2012c, p. 9).

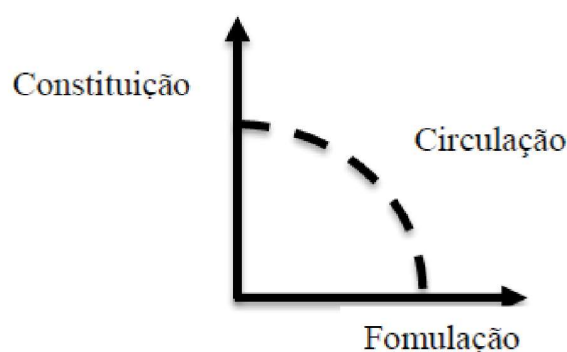


Figura 9: Esquema: Constituição, Formulação, Circulação.

Fonte: Süssenbach, 2017.

É na dimensão vertical, segundo Orlandi, o da constituição, que está o interdiscurso, a memória “que organiza a repetição e também provoca eventualmente como diz Courtine o apagamento, o esquecimento, e mesmo a denegação” (2012c, p. 11). No eixo horizontal está o intradiscurso, o imaginário, onde se dão as formulações que remetem ao “fio do discurso”. Assim, na perspectiva discursiva, “o interdiscurso (constituição: dimensão vertical, estratificada) determina o intradiscurso (formulação: dimensão horizontal, eu diria, o da linearização do dizer)”. (2012c, p. 11).

É justamente na circulação, o encontro de uma memória que está no eixo vertical, com uma atualidade que o intradiscurso se constitui, ou

seja, é na formulação que ocorre o acontecimento discursivo, no encontro dos dois eixos, “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.” (PÊCHEUX, 2006, p. 17).

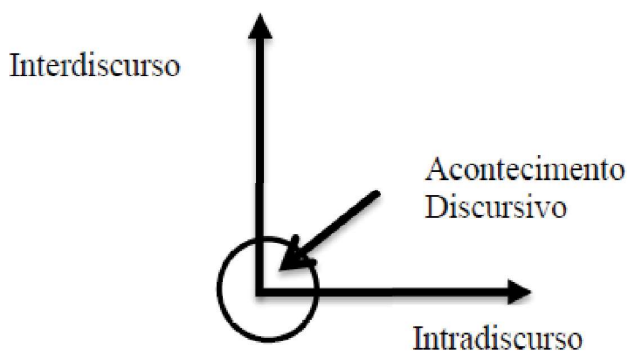


Figura 0: Esquema: Acontecimento discursivo. Fonte: Süssenbach, 2017, p. 66

Então, “podemos dizer que toda formulação se faz no cruzamento (determinação) da memória constitutiva”. (ORLANDI, 2014, p. 70). A memória constitutiva pelo interdiscurso, o pré-construído, aquilo que fala antes em outro lugar e está ligada ao funcionamento da ideologia.

E é nesse lugar de encontro com o eixo vertical e o eixo horizontal que funciona o dispositivo, nem só do sujeito e nem só do sentido, mas na constituição sujeito e sentido se constituem se constituindo. Desse modo, se a análise do discurso analisa o processo, é o momento da interpelação do indivíduo em sujeito “que faz parte do mecanismo elementar da ideologia, [...] o apagamento dessa inscrição da língua na história para que ela signifique: o sujeito tem de inserir seu discurso no repetível (interdiscurso, memória discursiva) para que ele seja interpretável.” (ORLANDI, 2007c, p. 48).

Para a AD é importante tanto os dispositivos teóricos quanto os dispositivos analíticos para o analista fazer seu gesto de análise, por isso não é subjetiva, embora seja acionado por um sujeito.

O processo de análise se dá no batimento entre o dispositivo teórico, o dispositivo analítico e a posição do analista. O corpus está, assim, definido na horizontal e aquilo que o sujeito diz é o ponto de encontro. O dizer formulado na horizontal, determinado pelo vertical é que vai incidir o gesto do analista, sempre retomando as condições de produção, de repetir e de descrever. A descrição só pode ser feita pela ordem da estrutura, por isso descrição/interpretação. É nesse batimento de ir e voltar que é determinado o modo funcionamento, isto é, está na circulação. Ao mesmo tempo em que se constitui, apaga a memória em que se constitui, e é nesse movimento em algum momento que se dá a contradição.

Aquilo que para Agamben e para Foucault são dispositivos que funcionam como possibilidades dos estabelecimentos das relações de poder, para a AD os dispositivos se constituem nos três âmbitos já citados acima: o da constituição, o da formulação e o da circulação. O patamar da constituição está relacionado à materialidade histórico-social; no âmbito da formulação há o dispositivo teórico e o dispositivo analítico e no da circulação há um eixo de interdiscurso e intradiscurso que funciona na circulação como um efeito no eixo horizontal que está circulando. Sendo assim, aquilo que está circulando é efeito dos dispositivos; o dispositivo analítico nunca é o mesmo e com isso podemos dizer que fazer análise de discurso é um exercício de formulação.

Por este motivo é que a análise se faz no movimento do dispositivo teórico com o dispositivo analítico e, assim, não se tem “a” análise, mas uma análise possível. A própria constituição da AD se dá pela movência do dispositivo, o dispositivo teórico, no qual se encontra a teoria e proposição de análise e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. “Isso resulta, para o analista

com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. [...] Destaca-se, aí, a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto” (ORLANDI, 2012b, p. 68).

Tanto Foucault como Agamben trabalham com a questão do dispositivo pelo viés social, Foucault pelas relações de poder e Agamben pelas questões da dessubjetivação do sujeito pelos dispositivos contemporâneos. Pensar os dispositivos na AD diferentemente da perspectiva filosófica de Foucault e Agamben é pensar uma disciplina ou uma des-disciplina de interpretação. Pêcheux especializa esse gesto de leitura do dispositivo ao trabalhá-lo na movência. A AD faz uma consequência teórica analítica da noção de dispositivo; é por essa construção que é possível dizer que a AD faz uma análise não subjetiva da subjetividade, porque justamente ela trabalha com dispositivos.

Disposições finais

Podemos inferir que quando a AD monta o seu dispositivo analítico, ele é afetado por demais dispositivos que estão na ordem do discurso da contemporaneidade. Foi necessário um percurso teórico a respeito dos dispositivos foucaultianos e agambenianos para compreendermos como o dispositivo é trabalhado na e pela análise do discurso enquanto uma relação constitutiva teórica e analiticamente.

Como vimos, o dispositivo na AD é atravessado pelo histórico/ideológico e é a partir disso que ela se constitui enquanto proposição teórico-analítica. Os dispositivos foucaultianos têm a ver com as relações de poder que se compõem no jogo dominação e resistência. Já, os dispositivos agambenianos têm a ver com as relações de poder,

os aspectos técnicos e tecnológicos em seus atravessamentos de mercado.

Esses deslocamentos são bastante produtivos, quando pensamos o próprio modo de leitura proposto na perspectiva discursiva, uma vez que tratamos com um dispositivo teórico-analítico, ou seja, um dispositivo sempre em movimento, não estanque e sensível a diferentes escutas teóricas.

Compreendemos com esse percurso que ao montar seu dispositivo analítico a AD é afetada por esses outros dois modos de dispositivos que estão na ordem do discurso da contemporaneidade, tanto pelo dispositivo foucaultiano (poder) quanto pelos dispositivos agambenianos (economia/tecnologia), que têm a ver com as relações de poder e o mercado, no qual o sujeito é incessantemente capturado como, por exemplo, o celular, as redes sociais, etc. Enquanto dispositivos podemos ainda olhar para os modos de rastreamento e identificação digital e em um grau ainda mais complexo, as capturas de imagem via tecnologia como temos mostrado em alguns trabalhos as imagens em realidade aumentada de exames ultrassonográficos ou modos de edição e manipulação de imagens dos sujeitos para além do período de nascimento ou morte.

Dito de outro modo, as composições do corpus de análise são também determinadas por dispositivos outros, daí dizer que, para os recortes analíticos, precisamos de dispositivos teórico-analíticos específicos, eis o gesto singular da AD, eis o modo como se especializa os gestos de leitura/descrição/interpretação em uma perspectiva discursiva. Uma perspectiva de consequência teórica e política que não se fecha em categorias apriorísticas. Que não se pretende uma leitura de mão única, trata-se antes de uma leitura de afectos, uma leitura que se tece em meio aos processos, e porque não dizer, aos dispositivos de seu tempo.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinícios Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. DELEUZE, Gilles. *O que é dispositivo?* In: DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Passagens, 1996. Disponível em: < <http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>>. Data de acesso: 30/06/2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2007c.

_____. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012c.

_____. *Análise de Discurso. Princípios & Procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2012b.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: Três Épocas (1983). In: In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradutores Bethania S. Mariani...[et al.] Campinas: Editora Unicamp, 1990. p. 311-319.

Submissão: 28 de fevereiro de 2019.

Aceite: 16 de março de 2019.